

CENTRO DE TREINAMENTO DO BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, DF,

4 DE SETEMBRO DE 1997

Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel; Senhor Ministro Antonio Kandir; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes; Senhoras e Senhores,

Eu acredito que o Ministro Kandir e os que o antecederam já devem ter exposto as razões fundamentais deste encontro e o conteúdo dos nossos programas de ação, notadamente o do programa que se chama Brasil em Ação. Acredito que já são do conhecimento do conjunto do Governo as razões pelas quais nós estamos dando tanta ênfase a esse tipo de programa.

Na verdade, nós não só estamos, objetivamente, buscando intensificar a sinergia interna, se eu posso assim dizer, dos efeitos das ações desencadeadas por esses programas, mas também estamos, dentro do próprio Governo, aumentando o grau de informação, o grau de motivação e, por conseqüência, o rendimento do conjunto do Governo, para que nós possamos chegar aos resultados que todos desejamos.

Eu creio que também é do conhecimento de todo o Governo, como o é da Nação, que nós, uma vez mantida – e para manter é preciso

continuar trabalhando na mesma direção – a estabilidade econômica, temos que, ao mesmo tempo que retomamos o desenvolvimento, colocar muita ênfase nas questões que dizem respeito às transformações diretas da própria sociedade e ao bem-estar da população brasileira. Qualquer oposição nessa matéria é supérflua. Imaginar que a estabilidade vale por si ou que, sem estabilidade, é possível desenvolvimento seria um engano. É preciso, ao mesmo tempo, que nós tenhamos uma atitude muito ativa para que haja controle da inflação e tomemos decisões de transformação compatíveis com esse controle. E essas decisões de transformação não podem ser feitas sem o embasamento, até mesmo moral, no que diz respeito ao valor de maior igualdade para o nosso país e de maior bem-estar.

Hoje, eu creio que já está muito claro o que conseguimos nestes três anos e meio, quase quatro anos de ação, que, na verdade, são mais do que isso, porque, antes do lançamento do Plano Real, já se estava trabalhando na construção da direção dos fundamentos, para permitir um crescimento sustentável e uma situação que desse maior acesso àquilo que é oferecido, pela economia e pelo Governo, à população.

Depois do esforço desses anos, já é sensível que uma série de preocupações que pareciam assustar muita gente não tem fundamento, não apenas aquela a que me referi tantas vezes, de que nós não estávamos simplesmente lançando um plano, no período do Presidente Itamar Franco, para ganhar eleições, mas um plano para ganhar o Brasil, para que o Brasil tivesse confiança nele próprio –, isso, hoje, está mais do que claro e a sua continuidade é uma obsessão do atual Governo –, como também aquela da imagem de que nós, para obtermos essa estabilização, iríamos provocar uma recessão, que deixou de ter consistência.

Há muito tempo que o Brasil não assistia a um período continuado de crescimento como o que está acontecendo desde o final de 92. Na verdade, tudo que perdemos a partir de 82 nós recuperamos nestes últimos quatro anos, em termos de renda *per capita*, em termos de agregados no nosso produto interno bruto, de tal maneira que, hoje, é sensível que há uma retomada de crescimento.

Claro, os que são sempre mais predispostos a ver os efeitos negativos de todas as ações dos seres humanos logo inventaram que estávamos baseando o nosso otimismo na existência de bolhas de consumo. O efeito redistributivo causado pelo Real seria, primeiro, passageiro. Isso ainda alguns dizem. Segundo, provocaria uma bolha de consumo.

Os últimos dados que têm sido mostrados ao País, por todas as investigações feitas, independentemente do Governo, mostram que não é bem assim. Ao contrário. Nós estamos assistindo hoje – depois de, efetivamente, termos assistido a um grande crescimento de alguns setores mais ligados ao consumo de massas, como, por exemplo, alimentação – a um começo de melhoria de redistribuição de renda, como, por exemplo, o acesso aos bens de consumo duráveis, como televisões, e tudo isso.

Nós estamos assistindo, agora, a um crescimento que está se deslocando na direção de um crescimento mais rápido, por exemplo, dos bens de capital e da construção civil, que são indicadores mais sólidos de transformação no padrão estrutural do nosso sistema produtivo e da nossa economia, com efeitos de longo prazo, que são efeitos que têm a ver diretamente com a outra razão, isso para os que gostam de sofrer por antecipação, para os que estão apostando que haverá uma catástrofe. E, aí, podem inventar o país que queiram, para dizer o que vai acontecer aqui.

Estamos assistindo, também, a uma retomada das exportações. E nas exportações do setor manufatureiro, que era considerado e sempre se dizia bom, está aumentando a exportação, mas dos bens de *commodities*. Os últimos dados têm mostrado que o crescimento do setor manufatureiro é consistente. Como em toda operação humana, a economia, o desenvolvimento da sociedade não é outra coisa senão fruto da ação humana. A continuidade disso depende de muitos fatores, depende da nossa ação coordenada, da motivação da população, da nossa capacidade de seguir lutando pelos objetivos que consideramos válidos, depende de conjunturas que, muitas vezes, nós não podemos controlar, mas temos que antecipá-las ou, muitas vezes, quando surpreendidos por elas, reagir de modo adequado, enfim. Isso tudo supõe uma continuidade de governo.

Pois bem, é nesse sentido que, quando nós, hoje, lançamos com maior tranqüilidade as bases de uma renovação mais profunda do Brasil, com esse programa Brasil em Ação, nós estamos, eu acredito, orientados por uma nova perspectiva. Uma nova perspectiva, porque, no caso desse programa, para que ele seja compatível, como é, com as nossas metas de estabilização e de aumento do bem-estar social, ele tem que ser um programa em parceria, por um lado, com a iniciativa privada e tem que ser, por outro lado, um conjunto de programas que inclua, e inclua de modo muito decisivo, a área social também. Não se trata simplesmente de metas físicas. Trata-se de algo muito mais consistente, porque são metas de transformação da própria sociedade brasileira.

Portanto, nós aqui estamos lançando um conjunto de programas e mostrando que já estamos fazendo, está em marcha, uma espécie de ferramenta de uso coletivo e que, com essa construção de parceria e com essa visão sinérgica, nós estamos, também, mudando a mentalidade e as práticas de um Estado que, antes, era burocratizado, centralizado, perdulário e voltado para si mesmo. É uma mudança qualitativa. Não se trata apenas de dar o objetivo e fazer como em outras épocas do passado. Não critico o passado, porque cada circunstância terá seus requisitos próprios, que têm que ser bastante considerados em qualquer análise, mas não se trata de fazer o que já se fez, porque o mundo mudou, o Brasil mudou, a sociedade mudou. Nós, hoje, temos que fazer de outra maneira, se quisermos, efetivamente, alcançar aquilo de que estamos desejosos.

Quero dizer, também, que o Brasil em Ação é, digamos, um símbolo. São 42, 43 programas, mas há centenas de outros programas que se acoplam. Aqui apenas estamos chamando a atenção para a ossatura de uma transformação que não se esgota como ação de governo. Essa ação de governo se espalha numa série de outros programas, tanto físicos quanto sociais, que não estão visualizados no Brasil em Ação, mas que têm muita importância. De qualquer maneira, isso é embrião de um Estado reformado. Reforma não é ato de governo apenas como decreto, não é ato do Congresso apenas como lei. Reforma implica um conjunto de práticas novas, de mudanças de mentalidade, de mudança de espírito.

Estamos tentando, nesse conjunto de projetos, mudar tudo isso. Associamo-nos ao setor privado, aliás, majoritariamente, nas obras físicas. Muitas vezes a nossa ação é indutora apenas, é sinalizadora apenas. Não quero voltar a dar exemplos – porque os senhores e as senhoras já os conhecem – em que a ação do Estado foi muito mais de motivar do que propriamente de colocar recursos, porque são escassos. E não só porque são escassos, mas porque, para certo tipo de ação, o gerenciamento privado é mais eficaz do que o gerenciamento público. Não é para tudo, mas para certo tipo de ação é mais eficaz. Então, por que não tirar proveito dessa capacidade que já existe instalada na sociedade brasileira?

Se me permitem um pequeno parêntese no que estou dizendo, antes mesmo de vir para o Governo, quando estávamos discutindo as propostas de campanha eleitoral, essa campanha foi discutida por nós. Vamos repetir qual modelo? Ou vamos criar um modelo? E era necessário, não só a estabilização, que já estava em marcha, mas era necessário um projeto de transformação do Brasil. O símile mais próximo é o programa de metas do Juscelino, mas, hoje em dia, não é possível fazer mais aquilo. Por quê? O programa de metas foi feito quando não se dispunha, dentro da estrutura do Estado brasileiro, da competência específica para levar adiante um programa daquela envergadura e quando a sociedade civil, o mercado não tinha, ainda, todas as condições de dinamismo de que dispõe hoje.

Então foram feitos grupos à margem do Estado, que coordenaram ações, deixando, realmente, a burocracia de lado e fazendo-se uma outra forma de intervenção. Ora, hoje nós dispomos, dentro da burocracia estatal, de setores altamente competentes, que não poderiam ser postos à margem. Então todos esses programas, no que diz respeito ao Governo, passam pelo Governo, passam pelos ministérios, passam pelos técnicos, passam pelos funcionários, porque nós temos uma burocracia competente no Brasil, e nunca podemos imaginar fazer algo importante sem ela. Quando eu digo burocratização, não me refiro aos bons técnicos e aos bons funcionários, mas ao espírito normalmente já bastante minado pela presença do clientelismo, às vezes até da corrup-

ção, que está sendo extinguido progressivamente. Então nós vamos ter uma burocracia indispensável no futuro.

Bom, então já se pensava que era preciso buscar um mecanismo que viabilizasse, dentro do Estado, a coordenação das ações, que apelasse para fora do Estado, para que houvesse a complementação nesse jogo de parcerias, e que se criassem, portanto, mecanismos de gestão diferentes. Nem piores, nem melhores. Diferentes, porque o mundo é outro, a situação é outra. Diferentes, mas que introduzissem, de novo, no aparelho estatal, a noção de controle do gasto, de eficiência, de avaliação, de gerenciamento, que é algo muito importante, se nós quisermos, realmente, avançar, em uma economia que não vai ter abundância de recursos públicos, nem agora e nem no futuro, porque não será mais assim, de ganância, senão uma economia mais justa, mais modesta nos seus recursos. Portanto, aqueles que são os gestores têm que ter uma alta responsabilidade na decisão de gastar, para bem gastar.

Mas mais ainda nós precisaríamos, como estamos fazendo, dar a esses programas um conjunto de dimensão estratégica. Um país que se quer como país capaz de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e de ter uma presença nesse mundo, de ter condições para atender às demandas da sua população, não pode ser um país que olhe para o dia-a-dia, que se deixe consumir pelas aflições do dia-a-dia. Ainda mais, agora, que as telinhas de computador nos dão notícia a todo tempo – eu vejo o dia inteiro –, mas quem se perde nelas não faz nada. Quem imagina que o que está acontecendo hoje ou amanhã vai definir o futuro se engana e não é capaz de fazer política, porque não tem estratégia.

Aqui, nós temos uma estratégia e, se quer dizer com todas as letras, nós estamos recuperando a idéia de uma nova prática de projeto nacional. Enganam-se, iludem-se os que pensam que o Governo e o País não dispõem de um projeto nacional. Só que projeto nacional, no passado, era um conjunto de idéias normalmente concebidas por alguns intelectuais interessados na coisa pública e assumidas na cúpula dos governos e em alguns setores mais ideologizados da vida política, e não se enraizavam propriamente na sociedade, que partiam do pressuposto de que ou o Estado faz, ou não acontece nada.

Hoje, faça o Estado ou não faça, o País fará. Fará melhor, se o Estado for melhor e se o Estado for capaz da parceria. Fará melhor, se todos entenderem que os objetivos devem ser congruentes, do setor privado, do setor público e dos consumidores em geral. Mas se iludem os que pensam que, a partir de uma decisão de Estado, será possível galvanizar o País. Aqui, na noção nova de projeto nacional, que é indispensável, um país que não tem amor próprio, que não é capaz de definir seus objetivos e que não tem um projeto de futuro é um país que não tem condições de, no mundo atual, se desenvolver de forma competente, integrando-se não só lá fora, mas aqui dentro.

Então, de alguma maneira, é preciso que tiremos da cabeça dos que ainda pensam que não existe um projeto nacional. Nós temos um projeto nacional. Esse projeto não é do Governo, é do País. É um projeto de crescer mais. É um projeto de resolver as dívidas do passado. Nessas, incluem-se todas as que são conhecidas, desde as dívidas, *stricto sensu*, do setor econômico, os esqueletos, como diz a equipe econômica, das dívidas que nunca foram pagas, que o Estado foi assumindo sem saber nem o porquê, até os estouros que acontecem a todo instante, seja no sistema financeiro, seja no sistema de serviços, aqui, no Brasil. Mas há também as outras dívidas que não são contabilizáveis dessa maneira, que são as famosas dívidas sociais, que não se resolvem do dia para a noite, mas é preciso que haja uma forte decisão de enfrentá-las.

A questão agrária, nós estamos enfrentando. Não vou repetir. Nós estamos enfrentando. Questão de 10, 15, 20 anos, e um tema secular vai desaparecer do nosso horizonte, porque estamos dando acesso à propriedade. E estamos adotando formas inovadoras aí também, estamos começando a adotá-las, que não é desapropriação, mas é a inclusão por via de outros mecanismos de mercado, que permitem, com a ação do Governo, a localização melhor daqueles que querem terra para trabalhar. Já desapropriamos – ontem, eu até me surpreendi – praticamente 4 milhões de hectares de terra durante estes menos de três anos do meu governo. Quatro milhões de hectares de terra. Eu dizia, outro dia, que era uma Bélgica. Já fui corrigido. Dizem que é maior. Como eu não medi a Bélgica, não quero assumir a responsabilidade.

De qualquer maneira, nós estamos enfrentando essas questões, porque temos um projeto nacional, que não é só um projeto de retomada de crescimento e de aumento do PIB, não é só um projeto de estabilização, mas é um projeto de reconstrução, também, da sociedade. Mas, repito, esse projeto não é do Governo, é do País. Por isso mesmo, em certos momentos, ou há convergência, ou há a capacidade de as pessoas realmente entenderem que é necessário que existam esses momentos de diálogos, que é necessário que existam objetivos, que não são específicos de A, de B ou de C e que não podem ser destruídos pela sanha, pura e simplesmente, de atacar A, B ou C e, quem sabe, de ganhar posições de poder. Ou as pessoas entendem isso, ou não há projeto nacional, porque, quando o projeto nacional se dissolve em projetos partidários, é a mesma coisa que dissolver projetos do Estado separado da sociedade. Não tem efeito. É por isso que nós temos levado todas essas discussões sempre com a preocupação realmente nacional, uma preocupação realmente de integrar e integrar-se e sem perguntar quem está sendo integrado, se é rico ou pobre, se é do partido tal ou qual, se tem tal ou qual visão, desde que esteja dentro desse marco geral de transformações. É preciso que se trabalhe com esse conjunto de forças.

Pois bem, por isso mesmo é que esse conjunto de atividades aqui apresentadas, que tem uma ação racionalizadora, visa a aumentar, como já disse, a sinergia, visa a multiplicar a nossa capacidade de atuação. Esse conjunto de atividades, repito, tem também uma forte preocupação com a questão do investimento não só em obras, mas em pessoas, nas pessoas. Isso eu acho que é bastante claro. Dos 31 bilhões de investimentos – 31 bilhões de investimentos que não são do Governo; nós não teríamos 31 bilhões para investir –, quanto vai investir o Governo? Quatro, cinco? Quatro bilhões. Trinta e um é o que esses quatro captam de empréstimos da sociedade. Metade disso vai para saneamento, habitação, educação, capacitação profissional, apoio à pequena agricultura, reforma agrária, geração de emprego. Nunca houve, realmente, um esforço concertado tão grande nessas áreas, como o esforço que está sendo feito neste momento, no Brasil. Nunca houve.

A chamada preocupação com o social não pode continuar sendo refrão, tem que ser alguma coisa que exista no dia-a-dia, no cotidiano, e venha junto com as obras, com a realização física, porque é natural que assim seja. Creio que nós fizemos – eu não sei quanto o Ministro Kandir já deve ter mostrado aqui, não quero estar repetindo –, que nós temos feito um esforço grande na área de educação. Só na questão dos recursos centralizados na escola, foram 160 mil escolas que foram atendidas. Cento e sessenta mil. Eu gosto de dizer quando tenho visitantes estrangeiros, ou quando estou no estrangeiro, que no Brasil, depois do algarismo, sempre são muitos zeros, para o bem ou para o mal, para dívida ou para realização. Cento e sessenta mil escolas. Cinquenta mil TVs nas escolas. Dois milhões de professores que têm que ser atendidos, não sei quantas centenas de milhares no Programa de Valorização do Professor. Trinta e quatro milhões de merendas escolares todos os dias. Isso não vem só desse governo, não; vem de outros. Estamos aperfeiçoando. Trinta e quatro, 35 milhões de merendas escolares. Isso é distribuição de renda também, isso é, também, em certas áreas renda mínima, ajuda à renda.

Da mesma maneira, conseguimos reorganizar um setor que estava absolutamente desorganizado no Brasil, que era o da habitação. Os efeitos far-se-ão sentir no tempo. Nada disso aparece de repente. Disse outro dia – e, naturalmente, já foi mal compreendido – que não há mágica na área social. E até me referi que mágica não faria ninguém, tirando da manga, nem do quepe e nem da batina, para dizer que ninguém não era contra ninguém. É que não há mágica. Não há mágica simplesmente, como não houve mágica no Real. Quantas vezes nós dissemos, quando eu era Ministro da Fazenda, que não haveria mágica nenhuma. Não há mágica no social também. Há trabalho, há devoção, há vontade de fazer. E o tempo vai trabalhando.

O Doutor Ulysses Guimarães sempre dizia que o tempo não perdoa quem não trabalha com ele. As coisas têm que maturar, mas também não podem apodrecer. Há um momento em que é preciso saber lidar com a agenda, com o tempo. O que é que se faz agora? O que é que se faz amanhã? Quando virá o efeito? E não adianta ficar aflito pela novi-

dade, pelo fato eventual. Isso não resolve. Nós temos que ter um somatório de fatos numa dada direção, que começam quase imperceptivelmente até que desenhem, como desenharão, uma nova realidade.

Eu não tenho dúvida de que, na questão da moradia, não só os gastos diretos do orçamento, no Habitar Brasil, como os recursos do FGTS, do Pró-Moradia, do Pró-Saneamento, vão ter efeito. Nós já destinamos 4,8 bilhões, no biênio 95/96, para essa área. Isso é criação de emprego também. Eu não gosto muito de dar números, porque esses números são sempre sujeitos a variação, mas são mais de 500 mil empregos só nessa área. Da mesma maneira, nós temos um programa de saneamento financiado pelo Pró-Emprego, que é do FAT. E aí são 220 milhões. Diga-se, de passagem, que tanto o FAT quanto o FGTS são controlados, na suas decisões, pelos sindicatos.

Eu, no início do Governo, coloquei também representantes das centrais sindicais no BNDES, no coração do sistema financeiro. Fazem parte do Conselho de Administração. Houve muita discussão para saber se valia a pena isso ou não. E lá estão, com o melhor resultado, porque estão vendo qual é a destinação dos recursos. Os recursos vêm, muitas vezes, do FAT, do FGTS. Têm que saber. Os que são os destinatários finais desses recursos têm que ter controle sobre isso. E, também participando, aprendem que as coisas não são como parecem. Aprendem que tudo é muito mais difícil, muitas vezes, e é muito mais correto, muitas vezes, do que parece às visões mais maldosas.

Enfim, da mesma maneira como está, e--u não tenho dúvida nenhuma de que os efeitos dos programas de saneamento far-se-ão sentir no Brasil – já se estão fazendo sentir na questão da queda da mortalidade infantil, que é, realmente, muito impressionante. Curiosamente, hoje, uma das demandas mais contínuas dos congressistas a mim é ampliar o programa Comunidade Solidária, que atinge cerca de mil municípios. Querem que atinja mais municípios. Ora, quando se deseja é porque alguma coisa de positivo está acontecendo. Essa ampliação depende, naturalmente, de recursos orçamentários e os critérios são estatísticos; são do IBGE. Não houve nenhuma interferência de quem quer que fosse na definição de qual município vai ser atendido. Às vezes, é até

chocante, porque as pessoas que conhecem a realidade dizem: “Bom, este município está atendido, este não.” As estatísticas nem sempre são perfeitas, mas se nós não tivermos um critério objetivo, não vamos politizar o que não é politizável, que é a pobreza. A pobreza tem que ser, enfim, mudada não em termos políticos, mas em termos gerais, o que é importante.

Bom, da mesma maneira, para me referir a mais um efeito desse conjunto de programas, é aquele relativo ao emprego. Não quero repetir o argumento que tenho usado, talvez até excessivamente nos últimos tempos. Existe, no Brasil, uma espécie de obsessão, que eu compreendo, a respeito do desemprego. Só que as estatísticas não dão aumento do desemprego. Aqui está o Ministro do Trabalho, que a conhece de cor. O desemprego, no Brasil, tem variado, historicamente, ao redor de 5%, entre 5 e 6%. Em 96, deu 4 e qualquer coisa. Neste ano, estamos mais próximos de 6 que de 5, mas estamos dentro dos 5%. Isso não é por acaso. Porque, efetivamente, o processo de globalização, a modernização do processo produtivo gera menos emprego do que o necessário.

E, aqui, nós estamos vivendo um momento até difícil da coorte de idade. Por quê? Porque, quando se fala em desemprego, os que não sabem pensam que se está imaginando apenas que o sistema produtivo não está oferecendo mais empregos. Não é o nosso caso. O sistema produtivo, depois do Real, aumentou o número de empregos em, mais ou menos, 5%. Quando se diz que há 5% de desemprego, não é que não tenha havido expansão da economia. É porque a oferta de mão-de-obra cresceu mais depressa do que a oferta de emprego, porque nós estamos num momento, por causa do *boom* de crescimento econômico e demográfico do passado, em que nós estamos com a coorte de idade entrando na força de trabalho, neste momento, numa proporção maior. Isso vai diminuir, progressivamente. Eu não me lembro de cor. Está aí o Professor Vilmar, que sabe. Em 2015 ou 2020, nós vamos ter uma população mais estabilizada e vamos ter uma situação diferente na oferta de mão-de-obra. E, se continuar o crescimento da nossa economia, a mesma expansão do emprego vai absorver mais gente.

Então, o futuro não é catastrófico por essa razão. Mas há outras mais. É que nós, aqui no Brasil, temos mobilidade ocupacional, mobilidade geográfica. As pessoas vão de uma região para a outra. Temos fronteira agrícola. Estamos dando atenção à pequena propriedade rural. Estamos dando atenção à microempresa. Em poucos dias mais, o Ministro Dornelles vai apresentar um novo estatuto para a microempresa. Não é estatuto, mas facilitação na forma de registros da microempresa. Nós demos já uma modificação grande nos impostos, com o Simples, da microempresa. Os senhores sabem. O ICMS dos produtos de exportação caiu. Isso aumenta a possibilidade de trabalho no campo. Nós temos um programa chamado Pronaf, que tem dado um avanço muito grande no financiamento da pequena unidade produtora familiar. Enfim, há a possibilidade de encarar a questão do emprego com menos pessimismo, por razões, já disse, estruturais, mas também pela ação do Governo, que não pode, simplesmente, ficar olhando a estrutura e dizer: “Ah, vai acontecer isso ou vai acontecer aquilo.” Tem que atuar. E nós estamos atuando. E esses programas todos têm também a preocupação de gerar emprego.

Há algumas áreas que não estão nesses programas. Nós temos o Proger, que é para atender as micro e pequenas empresas. Além do Pronaf, que eu já mencionei aqui, nós estamos criando mecanismos de crédito produtivo popular. Os nossos bancos – o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia – estão todos voltados para a questão de ampliar o crédito, para ele chegar lá embaixo, àqueles que nunca tiveram acesso ao crédito. E, às vezes, não é lá embaixo. Há áreas de produção que não eram assistidas pelo crédito, por exemplo, do BNDES, e que passaram a ser atendidas pelo crédito do BNDES. E folgo em dizer que a última decisão tomada a respeito da taxa de juros de longo prazo coloca o financiamento do BNDES, para os setores que são beneficiários dele, em níveis compatíveis com a taxa de juro internacional. A taxa de juro real está entre 5 e 6%, portanto, compatível com as taxas de juros internacionais.

Isso me dá muita alegria, porque fui Ministro da Fazenda. Eu sei que custa fazer com que a economia chegue a um ponto em que se possa ter

aquilo que era demanda generalizada: mexer na taxa de juros para o setor produtivo. Não me refiro aqui à ponta do consumo, que, aí, não é uma questão de governo, que, aí, é uma questão que tem a ver com competitividade – talvez até um pouquinho com os compulsórios, e, aí, é governo –, mas a outros fatores, cujo consumo na ponta ainda usa taxas de juros elevadas. Mas na produção, tanto no setor agrícola – como a taxa de juros está a 9,5% e a taxa de inflação é de cerca de 6%, portanto também é uma taxa de juros compatível – como no setor industrial, nós conseguimos reduzir a taxa de juros de forma bastante significativa.

Bom, eu quero lhes dizer também, com a visão estratégica que nós temos, de um novo Brasil, de um Brasil que tem um projeto nacional, de um Brasil que vai continuar se industrializando, de um Brasil que, ao abrir a economia, não se esquece de que ele tem também que continuar fazendo certo tipo de substituição de importações, como, por exemplo, do petróleo, em que vamos poder ter investimentos muito mais fortes e, portanto, vamos poder reduzir, num médio prazo, a nossa dependência pelo mínimo de gasto cambial com a compra do petróleo, se for politicamente correto isso. Temos, por exemplo, nas telecomunicações, em que estamos fazendo um esforço com o BNDES para atrair a produção para cá das partes componentes, para que possamos abrir mais rapidamente a oferta da telefonia celular. Temos, por exemplo, em televisões, em que os cinescópios que nós não fabricávamos na quantidade necessária e, mesmo quando é fabricado, é na Zona Franca de Manaus e com alguns problemas –, estamos fazendo uma espécie de chamada mundial, com apoio das empresas daqui, para que possamos produzir o cinescópio aqui no Brasil.

Enfim, nós continuamos perfeitamente cientes da necessidade de manter uma indústria nacional enraizada no Brasil. A economia aberta não quer dizer economia que se desnacionaliza. Eu já repeti algumas vezes, mas repito uma vez mais. O Professor Luciano Martins, que é meu assessor, fez um estudo. Pegou os 33 principais grupos privados nacionais, conglomerados nacionais, e depois mostrou a eles que todos cresceram com o Real. Todos. Não houve desnacionalização de nenhum. Às vezes, há uma troca de controle. Às vezes, há a associação,

como no mundo todo. Mas não houve desnacionalização. Esse é outro item muito utilizado em termos retóricos, mas, quando se vai ver o que está acontecendo, não é assim.

Nem a privatização tem sido feita de maneira que tenha havido uma desnacionalização. Para não mencionar todas, basta uma: a Vale do Rio Doce. Quanta coisa equivocada foi dita em nome da Vale do Rio Doce! “Vai ser feita para não sei qual companhia, porque tem tais e quais interesses.” Não foi. Ficou, em grande parte, na mão dos fundos de pensão das estatais e de algum setor brasileiro. Foi o que aconteceu. Não houve nenhuma desnacionalização. Em nenhum setor existe desnacionalização visível, perceptível, que possa comprometer – que é uma preocupação natural – o empresariado local, ou multinacionais enraizadas aqui, de continuar avançando.

Bem, mas, como eu dizia, além de tudo isso, nós temos uma preocupação que tem a ver com o que mencionei no projeto nacional, que é um desenvolvimento regional mais equilibrado. Isso é visível no esforço desse programa, porque é só olhar o mapa para ver que estamos atuando, praticamente, em todas as áreas do Brasil para integrá-las. Voltamos a ter uma preocupação correta, sadia, com a Amazônia. Temos um programa na Amazônia, tanto de transporte quanto de energia, que é um programa que vai permitir que a Amazônia tenha uma viabilidade de longo prazo. Se eu quiser, posso pegar o exemplo de Roraima, que era um estado lá em cima, encravado na nossa fronteira, quase sem perspectiva de integração, nem para dentro e nem para fora.

Pois bem, hoje nós temos, com a 174, a integração viária; com o acordo que fizemos com a Venezuela, energia elétrica; e, com a ação do BNDES, que começa agora, e com o Ministério da Reforma Agrária, um pólo de desenvolvimento agrícola lá em Roraima e um porto para dar vazão, pelo rio Amazonas, à produção de Roraima.

Estou olhando para o Amapá. Estamos discutindo lá com o Amapá o que fazer em termos de estradas, em termos de integração. Estamos lá com o gás de Urucu, para poder viabilizar a questão de energia na Amazônia e, quem sabe, atingir Rondônia e o Acre.

No Pará, nós estamos com uma programação muito forte no setor energético. Na questão do Linhão de Tucuruí, que nunca atendeu ao Pará, agora passa a atender. Espero que, daqui a pouco, em Humaitá, no Amazonas, e em Santarém, no Pará, tenhamos também terminais graneleiros. Já estamos tratando de avançar nessa direção, para que essas regiões se integrem.

Teremos um pólo de desenvolvimento agrícola, com o BNDES, nos baixios do Amazonas, lá para o lado de Humaitá. Enfim, temos ação. Antes da ação é preciso ter um pensamento, é preciso ter um projeto, é preciso ter uma análise, é preciso estudar, é preciso avaliar. Não aparece repentinamente. Mas nós temos uma visão de Amazônia.

Bom, não vou falar do Centro-Oeste, porque vejo o Ministro Iris e ele vai ficar muito envaidecido de ver que essa é uma das regiões que mais crescem, rapidamente, no Brasil, sozinha, mesmo sem ação do Governo. Mas, a 374 lá de Mato Grosso está sendo refeita. E a 163, que vai ligar Santarém a Cuiabá, também está começando a avançar. Aí está o Ministro Portela fazendo assim com a cabeça.

Temos a hidrovía do Madeira e temos a hidrovía Tocantins–Araguaia, aqui. Fizemos as alças necessárias no transporte viário para que o sul de Goiás possa se integrar mais facilmente a Minas Gerais.

Bom, não vou continuar por esse caminho, mas não posso esquecer o Nordeste, senão, aqui, o meu companheiro e Vice-Presidente Marco Maciel já vai ficar inquieto. Sobre o Nordeste, no dia em que o Brasil for ver o que está sendo feito em matéria de água, vai ver que nós não esquecemos nunca, em nenhum minuto, do Nordeste. O açude que está sendo feito no Ceará, o Castanhão, é três vezes maior que Orós. Não há, praticamente, um estado que não tenha uma ação importante de retomada de projetos, alguns deles mortos há 50 anos.

Houve uma comissão no Senado. O Senador Carlos Wilson fez um levantamento sobre as obras paralisadas. Nós estamos retomando quase todas. Lá na Paraíba, nos baixios de Souza, há uma obra importante. Lá em Pernambuco, a adutora do Oeste. Temos Jucazinho. Lá no Rio Grande do Norte, Pataxós e outras mais. Eu fui a Angicos para levar água. Enfim, nós temos um programa muito forte de irrigação. Ainda

agora, irei, neste mês, eu creio, a Petrolina e a Juazeiro. Estamos lançando um programa lá de frutas cítricas com 10 empresários que se comprometem com a modernização da questão da fruta cítrica, que é muito importante para as exportações do Nordeste.

Mandei ampliar o aeroporto de Petrolina, para poder permitir que haja exportação com maior facilidade. Não nos esquecemos daquilo que era necessário: Xingó, a última usina geradora, será inaugurada agora. E Xingó está terminada. Está aqui o Doutor Sérgio Moreira, Presidente da Xingó.

E sobre o porto de Suape – que fiquem calmos os pernambucanos –, o que não aparecer no orçamento aparecerá, por minha interferência, como recurso disponível, para que não pare o porto de Suape. Estamos fazendo o porto de Pecém. Isso para não falar da renovação do porto de Cabedelo, para não falar das renovações de vários outros portos que nós estamos fazendo e mesmo das reformas do sistema portuário. Aqui está o Presidente da Docas do Rio de Janeiro, que sabe o que estamos fazendo em Sepetiba. Sepetiba está mais ao sul, mas, enfim, no Nordeste existe um programa. Sobre o Rio de Janeiro não vou repetir.

Enfim, nós temos uma visão de integração do Brasil. E isso é igualdade social também, porque resulta em maior igualdade social. Diga-se, de passagem, que, no Nordeste, as ferrovias também não só todas passaram a concessão do serviço público, como estamos tratando da ferrovia Salgueiro–Petrolina, estamos vendo os modos para viabilizá-la através da iniciativa privada, do BNDES, que vai, depois, entroncar com o São Francisco. Também estamos atuando no rio São Francisco, para sair daqui do norte de Minas, passando pela Bahia, e chegar lá e fazer alguma ligação que termine no porto de Suape, lá em Recife.

No Sul, é a mesma coisa. A visão é integradora. Essas obras não foram feitas porque fulano quis, ou o Presidente, ou quem quer que seja, ou o governador ou o deputado. Foram estudos de muitos anos que foram amadurecendo até que houve uma decisão estratégica de fazê-las e de colocá-las no orçamento. Se os deputados quiserem colocá-las no orçamento, muito bem, dentro desse plano, que não é meu, é do Brasil. “Ah, tudo que o Presidente fala é do Brasil!” Não é porque eu

falo. Eu estou falando aquilo que estou analisando e estou vendo que o Brasil está fazendo, está querendo, está decidindo. É um processo mais aberto de tomada de decisão, mas nós não perdemos esse rumo. Então, precisamos integrar mais internamente o Brasil, para que nos integremos melhor à economia internacional.

Não há nenhuma razão de pensar que a globalização vai excluir ou vai desintegrar. Vai, se nós não fizermos nada. Globalização, eu disse isso inúmeras vezes, mas repito, não é um valor, ninguém tem amor à globalização. A gente tem amor à liberdade. É uma situação que coloca oportunidade, problemas, dificuldades e possibilidades. Cabe a nós, nas nossas políticas, definirmos o rumo do Brasil de tal maneira que maximizemos as oportunidades e diminuamos as dificuldades. Isso é que é a política. A política não existe simplesmente para manter o que está; é para mudar. Agora, um quadro dado não se muda de repente. Não se vai mudar a globalização. É um processo de transformação produtiva, de largo alcance, com efeitos bons e maus. Basta pensar no que acontece na Tailândia, para ver que tem efeitos maus. Mas também basta ver o que está no avanço tecnológico e na integração social possível, se for bem utilizado, para mostrar que isso não necessariamente é mau. Essa visão dicotômica, fundamentalista, é que está equivocada, de imaginar que todo o bem está concentrado no quê? No passado? Nós, os mais velhos, vivemos esse passado todo. Todo mundo reclamava, porque era ruim. Agora vamos ficar saudando um passado errado, quando a economia era fechada? Mas, quando a economia era fechada, o povo acaso vivia bem? Acaso a inflação beneficiou salário ou organizou o Estado, ou permitiu que as empresas se modernizassem? Temos que deixar de lado essas visões atrasadas.

Bom, eu acho que, com isso tudo, não quero continuar falando, porque senão eu iria muito longe. Tenho muita coisa para falar, porque vejo muitas coisas que estão acontecendo. Eu acho que nós temos é que ter mais confiança no que está sendo feito no Brasil e mais crença de que isso só será bem-feito se houver uma cidadania ativa. O Governo não tem por que se esconder. O Governo tem que mostrar o que está fazendo. Não é fazer propaganda, não. É mostrar, pedir crítica e apoio,

discutir, convencer, porque nós temos elementos de convicção. Quem não está convencido não atua de maneira adequada. Quem está fazendo mecanicamente alguma coisa não o faz bem.

Eu acho que, com o esforço que está sendo feito agora, com esse conjunto de seminários que nós estamos preparando, nós possamos continuar até o fim do governo, até o fim de 98, com o mesmo espírito, com que começamos, de acreditar. Acreditar que temos uma imensa responsabilidade, e que essa responsabilidade tem que ser cumprida de maneira conseqüente e no dia-a-dia. E nós não vamos ceder um milímetro nos objetivos que foram traçados, não por petulância, não porque imaginemos que temos “o rei na barriga”, mas porque estamos em contato permanente com a sociedade, estamos sentindo o que a sociedade deseja. Quando não for assim nós temos que corrigir. Se algum programa não tiver apoio, se alguma coisa estiver indo errada, nós temos a mesma responsabilidade e a mesma motivação que nos levam a dizer: “Vamos fazer o que é bom.” Têm que nos levar a dizer: “Vamos corrigir o que está equivocado, com muita tranqüilidade, sem nenhuma demagogia, sem nenhuma retórica.”

Eu agradeço a presença dos senhores, agradeço o convite, a presença do Ministro, do Vice-Presidente da República e a possibilidade de eu me dirigir a setores tão importantes do Brasil e do Governo para dar uma só palavra: mais confiança no Brasil.

Muito obrigado.